

Documento base a submeter para aprovação

Relatório Anual de Atividades de 2022

28 de março de 2023

FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES
Relatório Anual de Atividades de 2022

Controlo documental

Designação: Relatório Anual de Atividades de 2022
Elaboração: Equipa de apoio técnico ao Fundo de Transportes
Versão: Documento base a submeter ao CD do IMT
Data: 28 de março de 2023

Relatório Anual de Atividades de 2022

ÍNDICE

I. INFORMAÇÃO GERAL	3
II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS.....	5
III. RECURSOS FINANCEIROS	6
IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	7
V. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	11
VI. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES	13

I. INFORMAÇÃO GERAL

1. Introdução

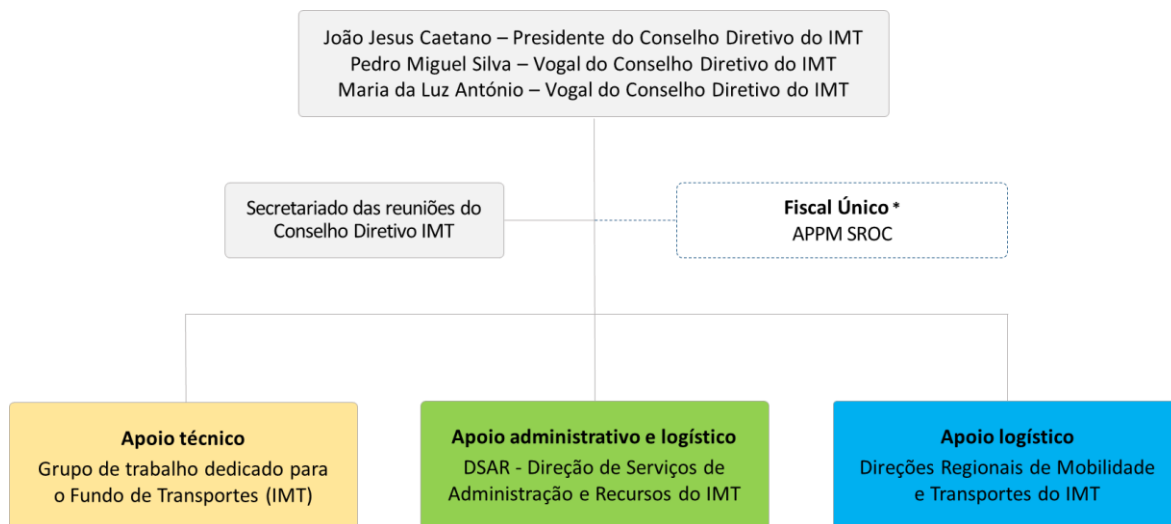
No presente documento reporta-se a atividade do Fundo para o Serviço Público de Transportes (FSPT) no ano 2022. Incluem-se, nomeadamente, uma descrição do quadro de orientações subjacente às atividades a desenvolver pelo FSPT, das receitas e dos financiamentos atribuídos e a apreciação dos resultados obtidos.

Será submetido à aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e dos transportes urbanos, como previsto no n.º 3, do Art.º 9.º do respetivo Regulamento aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017 de 20 de novembro.¹

2. Gestão e funcionamento do Fundo Transportes

A gestão do FSPT é assegurada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, IP) através do seu Conselho Diretivo, com supervisão do membro do Governo responsável pela área dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros (Secretário de Estado da Mobilidade Urbana).

O IMT, IP assegura, também, o apoio técnico,² logístico e administrativo necessário ao funcionamento, para o que concorrem vários serviços centrais e regionais.



* APPM – Ana Calado Pinto, Pedro Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, SROC, Lda.

¹ Os documentos previsionais e de prestação de contas do Fundo de Transportes são aprovados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros.

² O presente relatório foi elaborado por equipa técnica constituída no IMT para esse fim.

3. Constrangimentos ao desenvolvimento das atividades

O principal constrangimento sentido no ano 2022 resulta do facto de a aprovação do Orçamento de Estado (OE) apenas ter ocorrido em junho de 2022, tendo um impacto muito acentuado nas atividades desenvolvidas e nos resultados obtidos, no que respeita ao apoio a ações de curto e médio prazo para elevação da capacitação das autoridades e do sistema de transportes (prestado na sequência da publicação de avisos).

Globalmente o valor da receita efetiva foi ligeiramente superior à prevista, mas, devido à irregularidade em que ocorreu a cobrança e, especialmente, ao contexto orçamental, o número de avisos publicados foi muito inferior ao verificado nos anos anteriores.

Também apenas muito próximo do final do ano foram criadas condições para que o pagamento do financiamento regular às autoridades de transportes fosse concretizado.

Salienta-se, ainda, o facto de a execução financeira ocorrer por exercícios orçamentais anuais, embora o planeamento das atividades seja feito para períodos de 2 anos. Esta circunstância condiciona a execução dos «planos», dado que cobrança efetiva e disponibilização das receitas próprias do FSPT ocorre de forma não previsível ao longo do ano. Julga-se que a autorização da utilização de saldos dos exercícios orçamentais, ainda que como instrumento de gestão, possa eliminar este constrangimento.

4. Consecução dos objetivos

O principal objetivo do «Fundo para o Serviço Público de Transportes» é o de auxiliar o financiamento das autoridades de transportes conforme previsto no artigo 12.º do respetivo Regulamento, aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro.

O Fundo apoia, também, «ações de curto e médio prazo» que contribuam para a melhoria da qualidade do sistema de transportes, privilegiando processos de candidaturas abertos, concorrenciais, avaliadas pelo mérito, através de avisos de abertura de candidaturas.

No 1.º semestre de 2022 foram elaborados os relatórios de síntese e de prestação de contas de 2021. Desenvolveram-se as atividades preparatórias relacionadas com os objetivos do FSPT, ou seja, com o financiamento regular das autoridades de transportes e o apoio a ações de curta e média duração e foi publicado um aviso (aviso-convite de Apoio à Promoção dos Transportes Públicos de Passageiros).

Já no 2.º semestre foi publicado um segundo aviso para apoio à modernização do setor do táxi e preparado um terceiro aviso para apoio à capacitação das Autoridades de transportes. Este terceiro aviso acabou por não ser publicado devido ao particular contexto orçamental do ano 2022, já referido.

No segundo semestre de 2022 foi verificada a despesa realizada e submetida pelas entidades beneficiárias do Aviso n.º 2/2022 e concretizado o financiamento regular previsto para as Autoridades de Transportes.

II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

1. Orientações estratégicas

As orientações estratégicas para o FSPT foram fixadas no [Despacho n.º 3741/2018](#), de 13 de abril. Visam, designadamente, contribuir para elevação da capacitação das autoridades de transportes, para a descarbonização e para a melhoria da qualidade do sistema de transportes, designadamente através do apoio financeiro:

- À capacitação organizativa e técnica das autoridades de transportes ao nível metropolitano, intermunicipal e municipal, com vista a tornar mais eficaz e eficiente o desempenho das respetivas competências;
- A investigação e desenvolvimento e a promoção de sistemas de transportes inteligentes;
- Implementação de sistemas de transporte flexível;
- Promoção, participação e apoio de ações destinadas a melhorar a qualidade, a segurança e o ambiente nos transportes públicos;
- Melhoria da imagem do transporte público.

2. Atividades planeadas para o ano 2022

As atividades e ações a prosseguir em 2022 foram identificadas no [Plano Plurianual de Atividades 2021/2022](#), aprovado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros e do Tesouro.

Este Plano foi elaborado em conformidade com o disposto nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 4.º, do Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, aprovado pela [Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro](#) e com as opções e orientações estratégicas fixadas no [Despacho n.º 3741/2018](#).

Previram-se objetivos de apoio a ações destinadas a melhorar a qualidade, segurança e o ambiente, de promoção de ações na área da investigação e melhoria da imagem do transporte público, bem como a digitalização e descarbonização do setor do táxi e a promoção de modos complementares de mobilidade.

No primeiro semestre de 2022 foram atualizadas as perspetivas de financiamento das autoridades de transportes para 2022, na sequência de um breve inquérito dirigido às CIM e municípios que exercem diretamente as competências de autoridades de transportes, sintetizado em [Avaliação da atualidade e pertinência das perspetivas para 2022](#), em que se admitiu a possibilidade de publicação de apenas três avisos para o apoio a ações de curto e médio prazo em 2022, tendo já em conta o contexto orçamental.

III. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento do FSPT inclui receitas provenientes de dotações atribuídas no Orçamento do Estado, do Fundo Ambiental, de coimas cobradas no âmbito de contraordenações pelo uso indevido dos transportes coletivos de passageiros e das contribuições pagas pelos operadores de plataformas eletrónicas.

O «Quadro 1» sintetiza a origem da receita prevista e efetivamente cobrada. As transferências da AMT respeitantes a taxas TVDE elevaram-se a 827 483,50 €, valor superior ao inscrito em OE.

Salienta-se, também, que a receita destinada ao financiamento regular das autoridades de transportes (CIM e Municípios), no valor de 3,0 M€, também com origem na AMT, foi concretizada numa única operação de transferência realizada em 21/12/2022.

Quadro 1 - Receita prevista e efetiva em 2022 *

Referência/Origem	Receita prevista em OE	Receita efetiva cobrada	Variação €	Variação %
- Transferências do OE ¹	2 060 400,00 €	2 060 400,00 €	- €	0,0%
- Autoridade da Mobilidade e Transportes ²	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	- €	0,0%
- Transferências do FA ³	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	0,0%
- Coimas a passageiros sem título de transporte ⁴	200 000,00 €	236 783,85 €	+36 783,85 €	+18,40%
- Contribuição regulação e supervisão do TVDE ⁵	755 942,00 €	827 483,50 €	+71 541,50 €	+9,46%
TOTAL	8 016 342,00 €	8 124 667,35 €	+108 335,35 €	+1,35%

* Não incluindo RNAP

A receita efetivamente obtida foi superior à prevista em 1,35%, como resultado do aumento da “contribuição de regulação e supervisão” do TVDE e das coimas cobradas a passageiros sem título de transporte válido.

¹ Receita destinada exclusivamente ao financiamento regular das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

² Receita destinada exclusivamente ao financiamento regular de CIM e Municípios.

³ Receita essencialmente destinada ao financiamento de ações de curto e médio prazo da iniciativa das autoridades de transportes, que se enquadrem nos objetivos do Fundo Ambiental.

⁴ TVDE - Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica, a que se refere a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto.

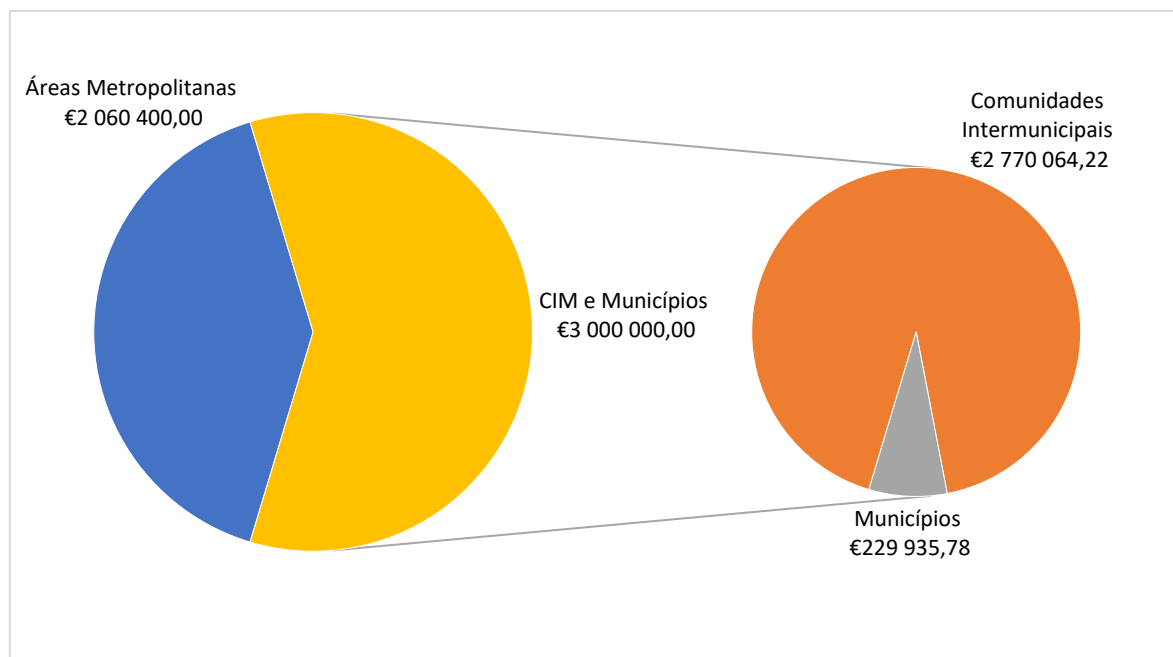
⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de setembro.

IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Financiamento regular

O montante total destinado ao financiamento regular das autoridades de transportes em 2022 situou-se em 5,06 M€. Neste montante incluem-se 2,06 M€ a atribuir às Áreas Metropolitanas e 3,00 M€ às Comunidades Intermunicipais e a Municípios que exerceram diretamente as competências de autoridade de transportes (vd. [Mapa do financiamento regular atribuído às Autoridades de Transportes em 2022](#)).

Gráfico 1 - Financiamento regular das autoridades de transportes



Nos Quadros 2 e 3 apresentam-se as listagens do financiamento atribuído a cada uma das 21 Comunidades Intermunicipais (CIM) e dos 22 municípios que exerceram diretamente competências de autoridade de transportes.

**Quadro 2- Financiamento regular atribuído em 2022
às Áreas Metropolitanas**

Área Metropolitana	Montante
- Área Metropolitana de Lisboa	1 147 980, 00 €
- Área Metropolitana do Porto	912 420, 00 €
TOTAL	2 060 400,00 €

FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES
Relatório Anual de Atividades de 2022

**Quadro 3 - Financiamento regular atribuído em 2022
às Comunidades Intermunicipais**

Comunidade Intermunicipal	Montante
1. ALENTEJO CENTRAL	144.582,71 €
2. ALENTEJO LITORAL	85.077,84 €
3. ALGARVE	120.988,76 €
4. ALTO ALENTEJO	148.461,44 €
5. ALTO MINHO	140.738,77 €
6. ALTO TÂMEGA	97.872,46 €
7. AVE	95.426,59 €
8. BAIXO ALENTEJO	163.533,19 €
9. BEIRA BAIXA	73.268,46 €
10. BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	185.956,22 €
11. CÁVADO	79.281,13 €
12. DOURO	170.786,55 €
13. LEZÍRIA DO TEJO	128.871,45 €
14. MÉDIO TEJO	150.516,67 €
15. OESTE	118.910,83 €
16. REGIÃO DE AVEIRO	115.603,01 €
17. REGIÃO DE COIMBRA	192.112,81 €
18. REGIÃO DE LEIRIA	117.169,56 €
19. TÂMEGA E SOUSA	169.954,60 €
20. TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	121.157,46 €
21. VISEU DÃO LAFÕES	149.793,71 €
TOTAL	2.770.064,22 €

FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES
Relatório Anual de Atividades de 2022

Quadro 4 - Financiamento regular atribuído em 2022 a Municípios

Município	Montante
1. AMARANTE	15.099,48 €
2. AVEIRO	5.748,89 €
3. BARCELOS	21.832,00 €
4. BRAGA	11.020,87 €
5. BRAGANÇA	12.759,91 €
6. CASTELO BRANCO	13.677,58 €
7. COIMBRA	6.967,10 €
8. ÉVORA	11.720,56 €
9. FARO	5.146,67 €
10. FREIXO DE ESPADA À CINTA	7.008,17 €
11. GUIMARÃES	18.114,72 €
12. LAGOS	4.198,37 €
13. LAMEGO	9.952,23 €
14. MOIMENTA DA BEIRA	7.657,21 €
15. OLEIROS	8.158,38 €
16. PORTALEGRE	9.047,83 €
17. PORTIMÃO	4.281,37 €
18. SABUGAL	11.342,09 €
19. VIEIRA DO MINHO	8.188,89 €
20. VILA NOVA DE FAMALICÃO	16.094,36 €
21. VILA REAL	10.941,36 €
22. VISEU	10 977,74 €
TOTAL	229 935,78 €

2. Financiamento de ações de curta e média duração

Com vista ao financiamento de ações de curta e média duração apenas foram publicados dois avisos com objetivos distintos, e destinados a diferentes tipos de beneficiários.

Quadro 5 - Avisos publicados pelo FSPT no ano de 2022

Nr.	Aviso	Destinatários	Dotação
1	Promoção dos transportes públicos de passageiros	Instituto da Mobilidade dos Transportes, I.P. (IMT, IP).	200 000,00 €
2	Apoio à Modernização do Setor do táxi	Operadores de serviços de transporte em táxi e associações ou empresas de táxi de âmbito regional ou nacional.	300 000,00 €

No conjunto dos dois avisos foram submetidas 48 candidaturas, sendo 47 do «Aviso n.º 2/2022 - Apoio à Modernização do Setor do táxi» (19 para apoio à descarbonização e 28 para apoio à digitalização).

O Aviso n.º 1/2022 - Promoção dos transportes públicos de passageiros, constituiu um «aviso-convite» dirigido a uma única entidade.

O Quadro 6 sintetiza o custo total, a comparticipação aprovada e executada em cada aviso.

Quadro 6 - Comparticipação solicitada, aprovada e executada

Aviso	Comparticipação solicitada	Comparticipação aprovada	Comparticipação executada
Aviso 1	200 000,00 €	200 000,00 €	- €
Aviso 2	132 671,99 €	95 189,15 €	94 702,15 €
TOTAL	332 671,99 €	295 189,15 €	94 702,15 €

No conjunto foi, portanto, aprovada a comparticipação total de 295 189,15 €, mas a comparticipação executada situou-se em 94 490,15 €.

Devido à data em que ocorreu a aprovação da candidatura submetida no âmbito do Aviso 1/2022 e à data de encerramento dos sistemas de gestão e controlo orçamental, a respetiva entidade beneficiária não pode efetuar o respetivo pedido de pagamento.

V. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

1. Síntese da execução financeira

A execução financeira de 2022 está prejudicada pela disponibilização irregular das receitas e, principalmente, pelo contexto orçamental, como já referido. Foi, todavia, plenamente concretizada a transferência do montante previsto para financiamento regular dos Municípios que exerceram diretamente competências de autoridade de transportes, bem como para as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas.

Quadro 7 – Síntese da execução financeira (comparticipação)

#	Entidades	Montantes (€)		
		Previsto	Aprov./Atribuído	Executado
1	Financiamento regular	5 060 400,00 €	5 060 400,00 €	5 060 400,00 €
2	Financiamento de ações de curta e média duração	2 955 942,00 €	295 189,15 €	94 490,15 €
	TOTAL	8 016 342,00 €	5 355 589,15 €	5 154 890,15 €

Receita prevista
8,0 M€

Receita efetiva
8,1 M€

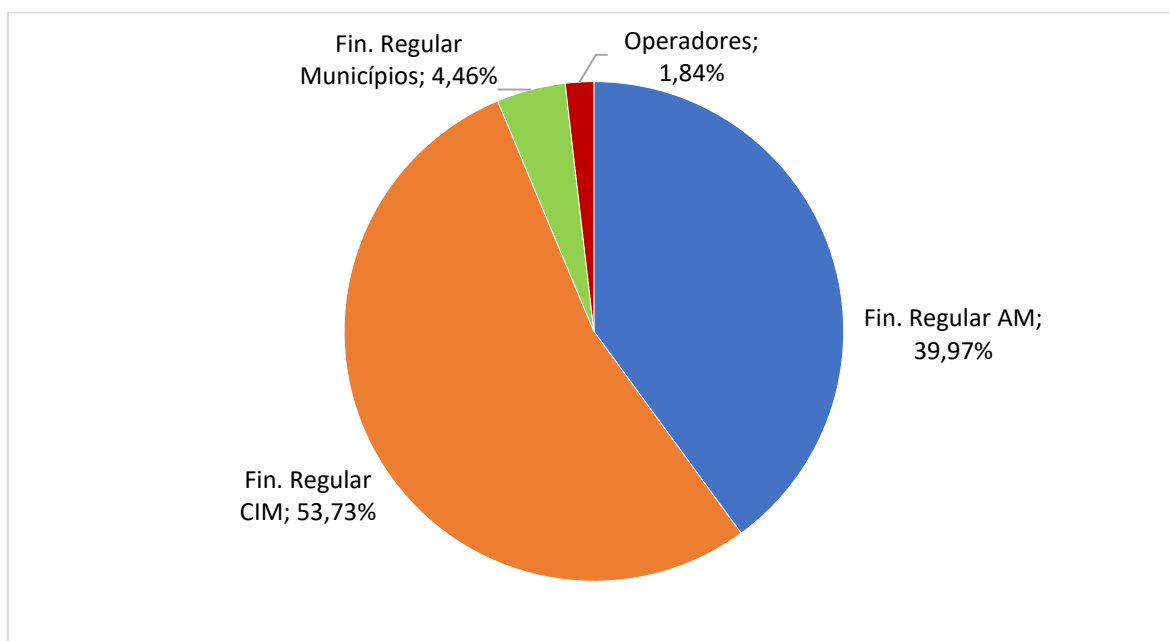
Financiamento
atribuído
5,35 M€

Financiamento
executado
5,15 M€

Taxa de
execução
64,3%

A taxa global de execução financeira anual do FSPT situou-se, portanto, em cerca de 64,3% (comparticipação executada/receita prevista).

Gráfico 2 – Repartição do financiamento atribuído em 2022 (%)



FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES
Relatório Anual de Atividades de 2022

2. Indicadores de realização física

O quadro seguinte sintetiza os indicadores de realização física no que respeita às ações de curto e médio prazo (Avisos).

Quadro 8 - Indicadores de realização física

Indicador	Aviso 1	Aviso 2 Descarbonização	Aviso 2 Digitalização	Total
N.º de candidaturas apresentadas	1	19	28	47
N.º candidaturas admitidas	1	16	27	43
N.º candidaturas aprovadas	1	13	11	24
N.º de entidades com candidaturas submetidas	1	19	11	31
N.º candidaturas de operadores	-	19	11	30
N.º candidaturas de outras entidades públicas	1	-	-	1

VI. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Previsibilidade da ação do Fundo de Transportes

Como já referido, o exercício de 2022 foi especialmente marcado pela aprovação do Orçamento de Estado apenas em junho. Todavia, trata-se de uma situação excecional, havendo outros factos que, embora previsíveis em alguns casos, não são controláveis pela autoridade de gestão do Fundo de Transportes.

É o caso do financiamento regular das Autoridades de Transportes, totalmente dependente das transferências a realizar pela AMT, as quais sistematicamente só ocorrem muito próximo da data-limite de encerramento da execução orçamental.

Não se verificou impacto ao nível do valor global da receita, mas verificou-se e de forma acentuada grande imprevisibilidade da cobrança dessa receita, que condicionou a publicação de avisos e os prazos de execução física e financeira por parte das entidades beneficiárias.

2. Perspetivas para 2023

As perspetivas de receita para 2023 são as indicadas no Gráfico 3. Eleva-se a 10,58 M€ euros, dos quais cerca de 5,0 M€ destinados ao financiamento de ações de curto e médio prazo e 5,06 M€ ao financiamento regular das autoridades de transportes.

Gráfico 3 – Receita esperada para 2023 (em milhares de euros)

